



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 2367/2007

Embora a terça-feira de Carnaval não conste da lista de feriados obrigatórios estipulados por lei, existe em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período.

Ao abrigo da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição e no uso dos poderes delegados pelo n.º 4 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional (aprovada pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, e 201/2006, de 27 de Outubro), determino a concessão de tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado, dos institutos públicos e dos serviços desconcentrados da administração central no próximo dia 20 de Fevereiro de 2007.

8 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 2368/2007

Estando presentemente vago o lugar de director-geral de Política de Defesa Nacional, na sequência da nomeação como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea do general Luís Evangelista Esteves de Araújo, anterior titular do cargo, torna-se premente proceder ao preenchimento do referido lugar.

O licenciado Paulo João Lopes do Rêgo Vizeu Pinheiro, actualmente investido na função de representante permanente-adjunto na delegação de Portugal junto da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico, pelas suas notórias e reconhecidas qualidades pessoais e profissionais, possui o perfil necessário e adequado ao exercício das funções de director-geral de Política de Defesa Nacional, conforme é evidenciado no currículo anexo ao presente despacho.

Assim:

Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 10/95, de 23 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer funções de direcção superior de 1.º grau como director-geral de Política de Defesa Nacional o licenciado Paulo João Lopes do Rêgo Vizeu Pinheiro.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2007.

24 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Curriculum vitae

(síntese)

Paulo João Lopes do Rêgo Vizeu Pinheiro.

Dados pessoais:

Nascido em Lisboa, em 8 de Novembro de 1963;

Casado (separado), com três filhos.

Habilitações académicas — licenciado em Direito, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1987).

Serviço diplomático:

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 16 de Dezembro de 1987;

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em 16 de Fevereiro de 1989;

Na Missão Temporária de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola, chefiando a delegação portuguesa na Comissão Política da Comissão Conjunta Político-Militar em Junho de 1991;

Adjunto do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1 de Abril de 1993;

Na Embaixada em Washington, em 16 de Setembro de 1993, acreditado localmente como primeiro-secretário; entre outras funções, foi encarregado da Secção Consular;

Na Embaixada em Moscovo, em 14 de Outubro de 1998, acreditado localmente como conselheiro; entre outras funções (imprensa, cultura) foi encarregado da Secção Consular;

Conselheiro de embaixada, em 18 de Abril de 2002;

Adjunto diplomático do Primeiro-Ministro, em 1 de Agosto de 2002;

Subdirector-Geral do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, em 26 de Novembro de 2002;

Director-geral interino do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (de 1 Março a 1 de Setembro de 2005);

Representante permanente-adjunto na Delegação de Portugal junto da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), em 1 de Setembro de 2005.

Ensino — assistente da cadeira de Direito Internacional Público, do curso de Direito da Universidade Lusíada (199019-91), sob orientação do Prof. Doutor Fernando Bastos (regente: Prof. Doutor Fernando Seara).

Diversos:

Membro do recém-criado Conselho Superior/Think Tank do Instituto Diplomático;

Frequentou o estágio de advocacia sob a orientação do Dr. Miguel Galvão Teles;

Foi orador convidado do IDN e outros institutos de estudos estratégicos, como a FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), o IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais) e o IEP (Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Inspeção-Geral da Administração Interna

Aviso n.º 2698/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta a lista de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal desta Inspeção-Geral com referência a 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, qualquer reclamação à lista deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

31 de Janeiro de 2007. — O Subinspector-Geral, *José Vicente Gomes de Almeida*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Aviso (extracto) n.º 2699/2007

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 5 de Dezembro de 2006, Ana Paula Rodrigues Dias Molina, Cristina Alexandra Rodrigues de Sousa Martinot Correia, Vítor Manuel Lourenço Sobral, Ana Cristina Gameiro Silva, Paula Pedro Loureiro, Lúcia Maria Godinho, Rui Manuel Serrão Fernandes, Maria de Lurdes Gonçalves Afonso, Sílvia Cristina Clemente do Rosário e Palmira de Jesus Martinho Tenera, técnicos superiores de 2.ª classe do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, foram nomeados, na sequência de concurso, técnicos superiores de 1.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 29 de Novembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Janeiro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.